

especial feminismos

**TESSITURAS E FUXICOS:
conversando com
trabalhadoras rurais
feministas**

Gabriela Monteiro

Jornalista, especialista em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas pela UFPE
Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela UFBA

CERTA VEZ, PARTICIPANDO DE UMA REUNIÃO COM TRABALHADORAS RURAIS dos nove estados do Nordeste, na sede do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), Genisete Santos, agricultora alagoana, contou que a primeira vez que ouvira falar sobre feminismo foi quando esteve numa atividade do movimento no seu estado. Ela foi alertada de que deveria tomar cuidado, pois uma das assessoras do movimento, Maria José da Silva, conhecida como Zezé, era feminista. Ela não sabia o que “diabos era aquilo”, mas, por via das dúvidas, achou melhor não ficar por perto. Em dado momento durante a atividade, viu-se apenas com Zezé na cozinha – e tratou de inventar uma desculpa para sair rápido dali, com medo do que acontece com quem fica sozinha com uma feminista. “E do que você tinha medo, Geni?”, perguntamos. Ela respondeu, divertida: “Ah, eu não fazia ideia. Vai que ela me agarrava, nem sei!”. Essa história foi contada entre muitas risadas, pois Genisete havia retornado havia pouco tempo do 12º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, ocorrido em novembro de 2011, em Bogotá, na Colômbia. Outras trabalhadoras rurais da organização também haviam viajado para o encontro, e a conversa durante a reunião era sobre como todas se afirmavam e se entendiam como feministas.

As origens do MMTR-NE remetem à efervescência dos movimentos sociais de mulheres nos anos 1980 no Brasil. Ainda que não se reconhecessem propriamente como feministas, as trabalhadoras rurais tinham intensa participação política nos sindicatos (também exerciam ampla atuação nas Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica), e inevitavelmente se deparavam com entraves e questões específicas das mulheres que não encontravam espaço para a reflexão, para o debate ou para a ação no meio sindical. Elas percebiam, portanto, que a articulação entre elas se fazia necessária também a fim de fortalecer sua participação nesses espaços. Foram as mulheres que eram lideranças nos sindicatos de Pernambuco e da Paraíba que iniciaram a articulação que viria a dar nascimento ao MMTR-NE.

O final da década de 1980 foi um período de amadurecimento do debate em torno da participação política das mulheres e da reforma agrária, simultaneamente à inserção de outras pautas que ganhariam espaço no movimento na década seguinte. Segundo Andrea Butto (2017), é perceptível a introdução de novos temas durante os anos 1990, tais como o corpo, a sexualidade e os direitos reprodutivos. A incorporação desses debates está relacionada a um diálogo construído entre as trabalhadoras rurais, os movimentos de mulheres no Brasil e algumas ONGs feministas, a exemplo do Instituto SOS Corpo, em Pernambuco (BUTTO, 2017). Para perceber as particularidades referentes à luta das mulheres rurais, é interessante observar mais um ponto levantado por Butto (2017). Ao observar as distinções entre os processos em curso nos movimentos feministas no Brasil, ela destaca que no meio rural não se percebe a desmobilização atribuída ao feminismo difuso. Segundo Matos:

Pinto (2003) relata a existência de três grandes momentos (ou ondas) do feminismo brasileiro: o primeiro teria se expressado na luta pelo voto no âmbito do movimento sufragista, numa luta pelo direito ao voto; luta, portanto, por direitos políticos – uma luta universal pela igualdade política. Tal fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas e, frequentemente, por filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance de estudar em outros países, tendo configurado, segundo Pinto, um “feminismo bem comportado e/ou difuso” (MATOS, 2010).

Se o período que se inicia nos anos 1990 e se estende até os anos 2000 é marcado pelo que as pesquisadoras do movimento feminista brasileiro consideram como um momento de ênfase nos processos de institucionalização, Andrea Butto (2017) constata que no meio rural outros fluxos estavam se desenrolando:

O feminismo que se constrói no espaço rural brasileiro, apesar de ter se apoiado nas relações com ONGs, principalmente na região Nordeste do país, e em movimentos como o MMTR-NE e MIQCB, não passou por esse processo de institucionalização registrado para o movimento feminista brasileiro. Embora suas lideranças se refiram a um processo de retraimento em meados dos anos 1990 e a seus desdobramentos no processo de auto-organização das mulheres nos movimentos sociais mistos do campo, observa-se um período de grande efervescência do movimento de mulheres rurais no país, o que contraria a noção de feminismo difuso que teria caracterizado essa fase do feminismo no Brasil (BUTTO, 2017).

E os anos 2000 foram marcados pelo florescimento da identidade feminista no MMTR-NE, com mudanças que vão desde compreensões interseccionais sobre as causas estruturantes das desigualdades sociais até o encadeamento de articulações e pautas feministas. É nesse período que a organização passa a utilizar o lema “mulheres organizadas combatendo mentalidades de submissão”, o que aponta que, somado a uma já consolidada agenda de lutas de transformação social, havia um firmamento da percepção de que mudanças culturais e epistemológicas se faziam igualmente necessárias.

O entendimento das mulheres sobre feminismo também estava mudando. Se antes havia certa desconfiança pelo contato com feministas brancas, burguesas, urbanas e acadêmicas, agora a identificação e afirmação de um feminismo popular ganhava espaço no debate e no projeto político da organização. Verônica Santana, trabalhadora rural sergipana e secretária executiva da organização durante o período de 2011 a 2016, costumava dizer em reuniões: “Não é o movimento feminista que vai nos pautar, somos nós que vamos pautar o feminismo”.

Minha relação com o MMTR-NE se inicia em plena ebulição do debate assumidamente feminista. Em 2010 passei a integrar a equipe de assessoria do movimento, atuando como educadora política. Seria desleal com minha própria história situar essa experiência apenas como um vínculo profissional. Gosto de dizer que o movimento foi meu lugar de nascimento político, pois também eu entrei na cadência do “descobrir-se feminista”, ou descobrimo-nos feministas. Sou uma mulher negra, urbana, e vim de uma família de classe média, o que me possibilitou sair do interior para estudar na capital numa época em que essa mudança era condição *sine qua non* para frequentar uma universidade pública. Assim como as mulheres do movimento, tenho memórias das minhas insubmissões desde a infância, algumas bastante discretas

– mas nem por isso menos determinadas¹. “Eu era feminista e não sabia”: quantas vezes, em quantos lugares do Nordeste, ouvi essa frase nos últimos anos? Não sei dizer, mas ela sempre encontra eco na minha própria vida.

De volta ao interior, mergulhei na militância e no Nordeste profundo a partir do trabalho como assessora do movimento. Cometi inúmeros equívocos, desde declarações que reproduziam pérolas do senso comum, com pouco ou nenhum entendimento do que estava sendo reproduzido nelas, até o planejamento de atividades de formação meio tediosas e inadequadas, reflexos da minha trajetória de educação altamente institucionalizada. Se hoje posso revisitar meus próprios desacertos com tranquilidade, é porque sempre encontrei entre as trabalhadoras rurais acolhimento e compreensão: a possibilidade de olhar para um engano e vê-lo fértil de ensinamentos, vê-lo como um conteúdo tão digno quanto qualquer outro no exercício coletivo de aprofundar uma perspectiva e uma prática feministas. Na formação política que atravessei junto às mulheres rurais, não sofri uma única experiência de humilhação: sempre fui respeitada nas muitas dimensões do meu ser, mesmo sem ter praticamente nenhum conhecimento sobre agricultura e estando entre mulheres que têm profunda *expertise* no trato com a terra.

Escolhi aludir a esses aspectos porque a maior parte das trabalhadoras organizadas no MMTR-NE não teve acesso ao ensino universitário e é muito comum ouvir delas que “o movimento foi a minha faculdade”. Bom, também no meu caso – com consciência das muitas vantagens que tive, afinal eu estive, e inclusive estou de volta, na universidade –, situo o MMTR-NE como o espaço de formação mais marcante do qual fiz parte. Ao longo dos anos eu viria a partilhar e conhecer outros lugares: também locais de formação e ativismo concebidos principalmente por mulheres brancas, burguesas, urbanas e acadêmicas – e mesmo agora

1 A rebeldia de uma jovem Vanete Almeida me comove: “Minha revolta com os privilégios dos homens em relação às mulheres começou em casa mesmo. Minha própria mãe dispensava um tratamento a meu irmão que era diferenciado daquele que ela dava a mim e às minhas irmãs. Quando havia galinha no almoço, por exemplo, minha mãe guardava os melhores pedaços para meu irmão. Ele trabalhava no banco e chegava, normalmente, após o horário em que a família almoçava. Eu ia à cozinha e pegava alguns dos bons pedaços que minha mãe havia separado para meu irmão. Depois, quando ela descobria e perguntava quem tinha mexido na galinha, eu assumia, mas dizia que não sabia que ela havia separado os pedaços para ele. Na verdade, eu sabia! Mas achava aquilo um absurdo. Assim, desde cedo me deparei, na família e na sociedade, com essa questão do machismo, do poder, da supervalorização do homem. Mas nunca aceitei nada disso” (ALMEIDA, 1999).



Se hoje posso visitar meus próprios desacertos com tranquilidade, é porque sempre encontrei entre as trabalhadoras rurais acolhimento e compreensão: a possibilidade de olhar para um engano e vê-lo fértil de ensinamentos

reservo pouquíssima paciência para as disputas internas e medições de feministômetro (“diga-me se existe, espelho meu, alguém mais feminista do que eu”), tão habituais em muitos deles. Mais proveitoso do que dedicar atenção a esses conflitos mesquinhos é nos voltarmos para as boas heranças feministas, a exemplo da denúncia e desmonte dos binarismos na organização da sociedade e do pensamento – e do reposicionamento da importância e do valor da emoção. Segundo Alisson Jaggar (1997):

De forma típica, embora não invariável, o racional tem sido posto em contraste com o emocional, e esse par contrastado tem sido, por sua vez, vinculado a outras dicotomias. A razão não só se opõe à emoção, mas é associada ao mental, ao cultural, ao universal, ao público e ao masculino, enquanto a emoção é associada ao irracional, ao físico, ao natural, ao particular, ao privado e, obviamente, ao feminino (JAGGAR, 1997, p. 157).

Nessa proposta dicotômica – e hierárquica – de oposições excludentes, a emoção é ignorada ou mesmo desprezada. Ora, não reconhecer a emoção numa pesquisa seria tão grave como não reconhecer a intencionalidade da mesma: longe de “livrar-nos” delas (como se possível fosse), terminamos inevitavelmente por reforçar nossas decisões e influências, quer estejamos conscientes ou não, no olhar, na escrita e na maneira como nos relacionamos com os temas escolhidos e pessoas entrevistadas. Ao se

fazerem presentes de forma não identificada e não nomeada, as emoções costumam se disfarçar de forma bem ou malsucedida com a indumentária ilusória da neutralidade e objetividade totais – e mesmo o ato de relegar as emoções ao “armário” não deixa de nos trazer informação a respeito de uma pesquisa e sobre quem a está realizando. As acusações de que nós somos emocionais pretendem nos diminuir enquanto pesquisadoras e deslegitimar nossa produção intelectual. Grada Kilomba, em *Plantation memories* (2010), afirma:

Quando eles falam, é científico; quando nós falamos, é não científico;
universal / específico;
objetivo / subjetivo;
neutro / pessoal;
racional / emocional;
imparcial / parcial;
eles têm fatos, nós temos opiniões;
eles têm conhecimento, nós temos experiências
(KILOMBA, 2010, p. 28, tradução minha).

O que Alisson Jaggar (1997) propõe é uma conciliação possível e necessária entre conhecimento e emoção na epistemologia, já que esse esforço de reprimir a emoção, além de remeter a uma epistemologia ocidental atravessada por vários mitos, como o da investigação imparcial, não atenta para o aprofundamento investigativo possibilitado pela integração de aspectos subjetivos e objetivos envolvidos nas relações entre pesquisadoras, tema e entrevistadas. Aqui, portanto, defendo a presença valorosa de conteúdos emocionais na minha escolha de tema e na relação pessoal que desenvolvi com as mulheres do MMTR-NE ao longo dos anos, bem como no espaço reservado às emoções na investigação acadêmica. Na verdade, as teorias e epistemologias feministas há muito apontam a falácia da neutralidade: toda pesquisa é posicionada, ainda que nem toda pesquisa seja honesta a respeito disso. Sobre considerar afetos como empecilhos, a indiana Uma Narayan (1997) diz que:

Isso parece não levar em conta a possibilidade de acordo e de conhecimentos baseados em simpatia ou solidariedade. A simpatia ou a solidariedade podem muito bem promover a descoberta da verdade, especialmente nas situações em que as pessoas que divulgam as informações se tomam vulneráveis no processo. Por exemplo, é mais provável que as mulheres falem sobre experiências de assédio sexual com outras mulheres, porque esperam que experiências similares as tenham tornado mais simpáticas e compreensivas (NARAYAN, 1997, p. 282).

A solidariedade e os vínculos afetivos, além de promoverem uma escuta sensível e espaços emocionalmente seguros para a exposição de narrativas por vezes delicadas, também promovem uma imersão no universo a ser pesquisado. Uma relação mais superficial entre quem pesquisa e o seu tema talvez não fomentasse determinadas perspectivas, singulares, que a intimidade e a emoção descortinam. É interessante observar como Pierre Bourdieu (1989) dialoga com essa perspectiva ao analisar o trabalho de Aaron Cicourel (1968) sobre os “delinquentes”:

Foi sem dúvida esta familiaridade com o universo estudado, associada a um bom conhecimento da estatística, o que o incitou a pôr às estatísticas da delinquência questões que nenhum preceito metodológico teria podido gerar (BOURDIEU, 1989, p. 46).

As questões vislumbradas a partir da intimidade entre pesquisadora e entrevistadas passam então a ser valoradas como aspectos que conferem legitimidade e possibilidades de aprofundamento à pesquisa. Aqui se faz necessário considerar que a familiaridade de quem pesquisa com o universo em questão também implica outros encargos: os ardis do preconcebido, sempre à espreita, podem se manifestar na presunção das respostas – ou até mesmo das perguntas. Como disse Pierre Bourdieu, “uma prática científica que se esquece de se pôr a si mesma em causa não sabe, propriamente falando, o que faz” (BOURDIEU, 1989). A inquietação que dá gênese a um trabalho de pesquisa deve dar lugar a um questionamento maduro do processo investigativo, inclusive – e principalmente – sobre suas motivações. Não que isso seja uma tarefa simples; pelo contrário. Essa inquietação inicial, por vezes, pode rebentar em tantos questionamentos e implicações emocionais e intelectuais que os passos seguintes se tornam muito custosos.

Raymond Quivy, ao discorrer sobre a investigação em ciências sociais, escreve que “este caos original não deve ser motivo de inquietação; pelo contrário, é a marca de um espírito que não se alimenta de simplismos e de certezas estabelecidas” (QUIVY, 2008). Compreendo que essa avaliação otimista de Quivy pode se aplicar a muitos pesquisadores e pesquisadoras, mas as inquietações não estão necessariamente restritas ao perfeccionismo e compromisso de quem pesquisa – pois aqui é importante considerar que, em nossas trajetórias de pesquisa, os acessos aos recursos materiais e subjetivos, as conexões em redes de influência e favorecimento e as heranças e vantagens são muito distintos de



muitas de nós enfrentamos entraves materiais e emocionais resultantes de uma desautorização histórica de nossas falas – aqui salientando que os recortes de gênero, raça, classe e orientação sexual se entrecruzam e impactam diretamente nosso percurso como pesquisadoras

acordo com nossos diversos pontos de partida. Longe de considerar a mim e a muitas de minhas colegas pesquisadoras feministas como espíritos especiais, com inquietações nascidas apenas de nossas ambições, acredito que é importante expor que estamos às voltas com algo mais grave: uma aflição que nos bloqueia e se estende para além do caos original, muitas vezes impeditiva até de construirmos essas ditas ambições investigativas, e que passa várias etapas da pesquisa. Estamos lidando com a angústia de sermos vistas como “incapazes” de falar. Quivy ainda escreve:

A dificuldade de começar de forma válida um trabalho tem, frequentemente, origem numa preocupação de fazê-lo demasiado bem e de formular desde logo um projeto de investigação de forma totalmente satisfatória. É um erro. Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica. Muitos vivem esta realidade como uma angústia paralisante; outros, pelo contrário, reconhecem-na como um fenómeno normal e, numa palavra, estimulante (QUIVY, 2008).

Há, portanto, que se considerar que são distintas as oportunidades e ferramentas para realizar um trabalho de forma totalmente

satisfatória, assim como é preciso expor que diferentes categorias de sujeitos, ao assumirem social e publicamente o papel (institucionalizado através da academia) de produtores ou produtoras de conhecimento, lidam com diferentes níveis de estresse, pressão e críticas. Para além do desafio costumeiro de abraçar e atravessar o caos inicial e elaborar a construção do objeto e dos caminhos metodológicos, muitas de nós enfrentamos entraves materiais e emocionais resultantes de uma desautorização histórica de nossas falas – aqui salientando que os recortes de gênero, raça, classe e orientação sexual se entrecruzam e impactam diretamente nosso percurso como pesquisadoras. As disputas epistêmicas envolvem relações desiguais e desequilibradas de poder: algumas identidades são abalizadas, enquanto outras são desacreditadas ou mesmo perseguidas. Segundo Linda Alcoff:

A função normativa da epistemologia diz respeito não apenas à questão de como o conhecimento é produzido, de quem é autorizado a produzir, de como a presunção de credibilidade é distribuída e de como os objetos de investigação são delineados. Mais do que isso: diz respeito à forma como o conhecimento deve ser produzido, a quem deve ser autorizado, à forma como a presunção de credibilidade deve ser distribuída e à forma como podemos ganhar alguma influência politicamente reflexiva sobre as delimitações da ontologia (ALCOFF, 2016).

Djamila Ribeiro, ao tratar sobre lugar de fala, também pontua:

Não poder acessar certos espaços acarreta não ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, nos meios de comunicação, na política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social (RIBEIRO, 2017).

Demarcados os nossos pontos de partida – algo indispensável para tratar com honestidade intelectual e política quaisquer temas em questão –, nos deparamos com as múltiplas possibilidades promovidas pelos grupos silenciados no enfrentamento das desvantagens históricas. Não há solução única nem simples para romper com essa hierarquização de vozes, oportunidades e existências, mas o lugar angustiante de desautorização também é um lugar de potência imagética. A visibilidade dessas vozes são uma expressão poderosa do que Angela Davis fala sobre usar as

diferenças como uma “fagulha criativa”, para “criar pontes de comunicação com pessoas de outros campos” (DAVIS, 2011). Aqui peço licença a Angela Davis para me debruçar sobre essa imagem tão bonita: acredito que podemos ao mesmo tempo ser e promover o sopro dessas fagulhas. Mais do que isso: podemos produzir imensas fogueiras coletivas, alimentar o calor criativo numa dimensão política e epistêmica. Sobre o que nasce desde os pontos de vista dos grupos ditos subalternos, Allison Jaggar (1997) compreende que são perspectivas que oferecem uma visão menos parcial e distorcida e – justamente por isso – mais confiável. Ela ainda diz:

As pessoas oprimidas têm uma espécie de privilégio epistemológico na medida em que têm acesso mais fácil a esse ponto de vista e, portanto, maior possibilidade de avaliar os possíveis começos de uma sociedade na qual todos possam florescer. Por essa razão, diria que é provável que as respostas emocionais de pessoas oprimidas, em geral, e de mulheres, em particular, sejam mais apropriadas do que as respostas emocionais da classe dominante (JAGGAR, 1997).

No MMTR-NE, assim como em diversos movimentos sociais, há um consenso sobre a importância de militantes dos próprios movimentos produzirem conhecimento científico na universidade, respaldadas por vínculos concretos com as pessoas e os princípios envolvidos nos processos organizativos. Afinal, ainda é muito comum que a aproximação de pesquisadores em relação a esses processos se dê de forma utilitária e desrespeitosa. Entre os povos que defendem os territórios, não é raro encontrar grupos extremamente desconfiados em relação à pesquisa acadêmica – ou mesmo com denúncias escancaradas sobre a instrumentalização e a apropriação dos seus saberes por parte da universidade. Além disso, muitas pesquisas são verdadeiros desserviços aos grupos em questão, reforçando estereótipos e perspectivas viciadas e colonialistas.

É fundamental realizar uma pesquisa “pé no chão”, honesta, sobre “as condições reais da realização, quer dizer, os meios, sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele [o pesquisador] dispõe” (BOURDIEU, 1989, p. 50) para compreender melhor um feminismo também “pé no chão”, de mulheres da terra. As mulheres trabalhadoras rurais vivem o feminismo no miolo do cotidiano, a partir de experiências tangíveis e das reflexões e provocações em torno dessas vivências. De acordo com Susan Bordo:

A preferência pelo argumento abstrato, em detrimento das avaliações de situações específicas concretas, tem por base um projeto de interação humana mais próprio aos homens do que às mulheres. Porque o projeto “masculino” é atomista, os choques entre indivíduos são vistos como convites ao desastre e devem ser rigorosamente evitados – por noções abstratas de “pessoa” e de “direitos”, que definem fronteiras claras em torno do indivíduo, protegendo-o contra os choques. O projeto das mulheres, em contrapartida, é relacional, como Gilligan propõe. O perigo principal aqui (o que “perturba o universo”, se quiserem) é a fratura do vínculo, e o imperativo moral é restaurar a conexão humana através de uma avaliação cuidadosa de como reparar com responsabilidade as fraturas ocorridas em situações específicas concretas (BORDO, 1997).

Os caminhos metodológicos a que me dedico se costumam a partir do mencionado projeto relacional das mulheres. Por isso, a respeito das decisões teórico-metodológicas, defendo que, ao mesmo tempo que as faço, sou conduzida a elas, pela minha trajetória. É importante destacar que há diversos campos de ciência envolvidos na investigação: reconhecer a existência de uma prática científica de pesquisa exercida por mim e reconhecer as trabalhadoras rurais também como cientistas – agricultoras agroecológicas experimentadoras – que desenvolvem seus próprios métodos de produção e multiplicação de conhecimento. Sou uma cientista entre cientistas. E não me refiro aqui a essencialismos perigosos, que pretendem anunciar as mulheres que trabalham com a terra como “guardiãs” ou “salvadoras” de alguma forma, mas, sim, a mulheres que a partir de seu lugar social elaboram concepções críticas e um projeto de sociedade mais apto a desmontar as mazelas do antropocentrismo e superar as oposições do trabalho produtivo/reprodutivo ou do público/privado.

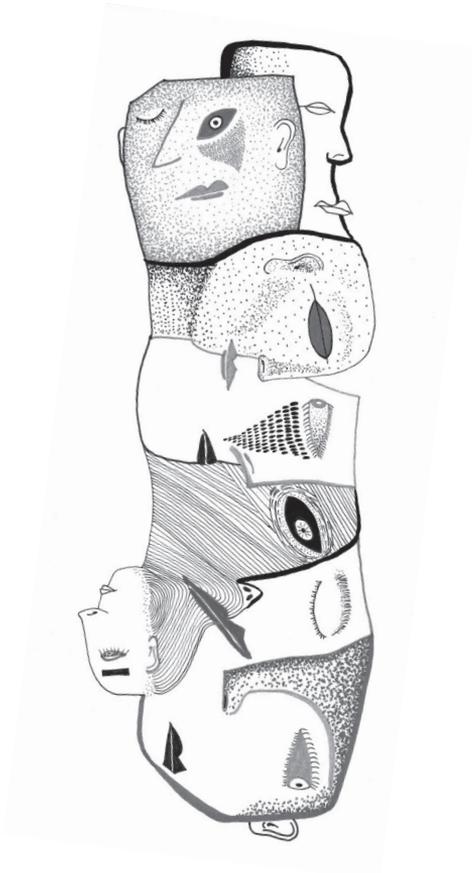
Segundo artigo de 2017 de Alan Bojanic, agrônomo e representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), as mulheres rurais são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo. Ora, quem sustenta o mundo não tem condições de pensá-lo? Ainda que determinadas categorias de sujeito tenham seu pensamento invisibilizado, isso não significa que não haja todo um conjunto de conteúdos complexos elaborados sistematicamente por essas mesmas categorias. Não é porque algo não está sendo ouvido que não está sendo dito. Aqui há, portanto, um esforço de horizontalidade na construção da relação pesquisadora-entrevistadas, ainda que isso não signifique a ausência de tensões e contradições. Uma vez exposta a problemática da pretensão de neutralidade, acrescenta-se que o franco desprezo pela hierarquização verticalizada entre

pesquisadores e “objetos” não implica nenhum demérito epistêmico-metodológico. Enquanto investigadoras com posicionamento, podemos nos recusar a ter participação no triste espetáculo da “Grande Divisão”:

Sem dúvida, tratava-se de uma tentativa absurda de realizar novamente a Grande Divisão entre “eles” e “nós” (“nós” também já acreditamos em feiticeiros, mas foi há trezentos anos, quando “nós” éramos “eles”), e assim proteger o etnólogo (esse ser a-cultural, cujo cérebro somente conteria proposições verdadeiras) contra qualquer contaminação pelo seu objeto. Talvez isso fosse possível na África, mas eu estava na França. Os camponeses do Bocage recusaram-se obstinadamente a jogar a Grande Divisão comigo, sabendo bem onde isso deveria terminar: eu ficaria com o melhor lugar (aquele do saber, da ciência, da verdade, do real, quiçá algo ainda mais alto), e eles, com o pior. A Imprensa, a Televisão, a Igreja, a Escola, a Medicina, todas as instâncias nacionais de controle ideológico os colocavam à margem da nação sempre que um caso de feitiçaria terminava mal: durante alguns dias, a feitiçaria era apresentada como o cúmulo do campesinato, e este, como o cúmulo do atraso ou da imbecilidade (FAVRET-SAADA, 2005, p. 157).

Há que se firmar o compromisso de não instrumentalizar os conhecimentos e práticas das mulheres a fim de angariar prestígio intelectual, ou qualquer coisa que o valha, para a pesquisadora. Aliás, reconhecer as relações de poder em questão e buscar formas de romper com a perversidade da objetificação dos grupos estudados, na verdade, é o mínimo a que deveria se propor uma investigação feminista. Além disso, respaldar o conhecimento científico, a sabedoria e o privilégio epistêmico das trabalhadoras rurais ou de outras categorias subalternizadas não significa de forma alguma fazer uma apologia à pobreza ou à falta de recursos. Uma Narayan já havia alertado que: “a tese de que a opressão pode outorgar uma vantagem epistêmica não deveria nos seduzir para a idealização ou romantização da opressão e nos cegar em relação aos seus reais despojamentos materiais e psíquicos” (NARAYAN, 1997). Aqui não há então um elogio da injustiça, mas, sim, a demarcação, a visibilidade e o aprofundamento das potentes epistemes nascidas nos contextos de desvantagem social. A partir de suas diversas identidades e circunstâncias, as trabalhadoras rurais nordestinas estão profundamente comprometidas com a defesa da vida, da natureza, dos territórios e das relações interdependentes entre fenômenos e seres humanos e não humanos.

A fim de que os diálogos estejam em coerência com a valorização dos saberes e da imersão no universo feminino rural,



escolhi relevar a importância dos *fuxicos* para me referir às conversas com as trabalhadoras rurais. No Nordeste brasileiro, *fuxico* é considerado conversa “de mulher”. No senso comum (leia-se: no imaginário misógino construído a partir do pensamento branco, elitista, heterofalocêntrico), uma mulher fuxiqueira é uma mulher considerada fofoqueira, intrometida e assanhada. Uma mulher malcomportada. A partir de uma perspectiva feminista, pode-se perceber como o fuxico é imprescindível como tática de partilha de informação, confiança, desobediência. Além disso, é também uma técnica de costurar sobras de tecido em pequenos botões de flor, que se unem para compor peças diversas, um tipo de artesanato muito popular no Nordeste rural. Pelo fato de a reunião das mulheres para realizar a costura envolver o diálogo entre elas, esse artesanato foi nomeado *fuxico*. O fuxico simboliza a aproximação, é um método de acercamento e de promoção de aliança entre as mulheres. É aproveitamento do que “sobra”,



Fuxicar é construir narrativas, histórias de vida. E essas narrativas são referências concretas, costuradas por sujeitos coletivos e singulares: pontos de partida e pontos de chegada de distintas tessituras, que não podem ser homogeneizadas

do que seria inútil. É conversa de mulheres na cozinha, no quintal, nos lugares “desimportantes”, desprovidos da legitimação patriarcal do que seriam espaços e conteúdos sérios e respeitáveis. É pura criatividade, exercício coletivo feito com nossas próprias vozes e mãos na construção e na consolidação de vínculos e belezas. É um método histórico de resistência e de produção de informação e arte das mulheres rurais nordestinas, e, portanto, compreende-se a importância do espaço dos fuxicos nas entrevistas, considerando que essa é uma referência de linguagem própria do contexto da pesquisa. De acordo com Cecilia McDowell:

As teorias e práticas das “feministas de cor” americanas são importantes para alertar-nos sobre o perigo de, no âmbito internacional, abandonarmos nossa própria língua e linguagem, ou de não aprendermos outras línguas e linguagens que não são consideradas “articuladas” e “sofisticadas” sob o ponto de vista dos cânones acadêmicos (MCDOWELL, 1995, p. 65).

Fuxicar é construir narrativas, histórias de vida. E essas narrativas são referências concretas, costuradas por sujeitos coletivos e singulares: pontos de partida e pontos de chegada de distintas tessituras, que não podem ser homogeneizadas nem *a priori* nem *a posteriori*. Além de dedicar atenção às histórias de vida e acatar os métodos biográficos, também é possível dialogar com

o conceito de biografia interpretativa apresentado por Fortunato Mallimaci e Veronica Giménez Béliveau, em referência a John W. Creswell:

Creswell distingue entre uma perspectiva mais clássica dos estudos biográficos, em que o pesquisador recorre a pressupostos teóricos para compreender o relato da vida do pesquisado a partir de seu próprio ponto de vista, e uma perspectiva chamada biografia interpretativa, na qual se introduz com força a noção de reflexividade no trabalho do pesquisador, que deve considerar em seus pressupostos não apenas o contexto histórico e a posição do sujeito na sociedade, mas também o lugar próprio de quem escreve no relato que ajuda a construir (MALLIMACI; GIMÉNEZ BÉLIVEAU, 2006).

O empenho, na realidade, é o de refletir meu trabalho investigativo e, concomitantemente, minimizar minha presença frente à elaboração desses relatos, retalhos, a fim de compreender os signos e conceitos produzidos, cerzidos e/ou interpretados pelas mulheres, pois as narrativas carregam o poder de mudar relações, culturas e estruturas, o poder de repensar o mundo de forma engajada, a fim de transformá-lo e a nós mesmas. Compreende-se que as contradições e as dificuldades que porventura surjam no costurar dos fuxicos não diminuem o valor dos exemplos; ao contrário: podem mostrar que é possível avançar *apesar de* – ou, precisamente, a partir daquelas e junto com elas, resultando em outros desdobramentos. Nas narrativas cabem as potências de novos modelos epistemológicos, que

[...] mostrariam como nossas respostas emocionais ao mundo mudam quando o conceptualizamos diferentemente e como essas respostas emocionais mutantes estimulam novas visões. Demonstrariam a necessidade de teorias autorreflexivas, focalizando não só o mundo exterior, mas também a nós mesmas(os) e nossa relação com o mundo, examinando criticamente nossa situação social, nossas ações, nossos valores, nossas percepções e nossas emoções. Esses modelos também mostrariam como as teorias feministas e outras teorias sociais críticas são instrumentos psicoterapêuticos indispensáveis, porque proporcionam as percepções necessárias para uma compreensão plena de nossa constituição emocional. Eles tornariam claro que a reconstrução do conhecimento é inseparável da reconstrução de nós mesmos (JAGGAR, 1997).

Nessa reconstrução complexa e múltipla da autorrepresentação das mulheres trabalhadoras rurais, podemos aprender sobre como elas se desafiam a tomar decisões; romper com medos e obstáculos subjetivos e materiais; reinventar imaginários e costurar outras trajetórias, outras histórias, outros mundos. A

própria pesquisa acadêmica proporciona mais uma oportunidade e ferramenta de estímulo à expressão e circulação dessas narrativas – e como é excitante quando nos juntamos para fuxicar. E o que guardam esses botões de fuxico? Inexoravelmente, as decisões que as pessoas tomam afetam suas histórias. Aqui nos interessa então investigar as tessituras – de que foram feitas? A que custo? Qual a cor que têm sob a luz do dia? – das decisões tomadas, a partir da escuta dessas mulheres, dessas histórias. Fortunato Mallimaci e Veronica Giménez Béliveau lembram Ferrarotti ao trazer que:

Em seus trabalhos, Ferrarotti (1988; 1991) destaca o valor do relato convertido em história, da *pessoa que cria e valoriza sua própria historicidade*. Com a possibilidade do relato de vida, a pessoa – seja de qualquer grupo ou classe social – apropria-se e toma posse do que vive em um relacionamento igualitário com o pesquisador. Para sair da dupla *estrutura e indivíduo* entendidos como polos opostos, Ferrarotti (1988) insiste em conectar a biografia individual com as características estruturais e globais do dado, do vivido, da situação histórica (MALLIMACI; GIMÉNEZ BÉLIVEAU, 2006, tradução minha, grifos meus)

Na realidade, as possibilidades de costura não se encerram nem mesmo numa colcha plural, composta de diversos retalhos. Afinal, entre tantas tessituras, texturas, linhas e agulhas, decisões são tomadas, e novos mundos são alinhavados a partir delas. Podemos bordar começos utilizando o que agora temos, e sempre reconhecendo as presenças anteriores. Podemos investigar e analisar enquanto nos entregamos ao prazer do diálogo e das muitas descobertas que acontecem quando estamos entre mulheres, em ambientes seguros emocionalmente, com liberdade para expressar nossas vozes. Podemos aquilo que ainda nem sabemos, mas imaginamos. Como escreveu de forma convidativa a escritora polaca Wislawa Szymborska (1993):

Todo começo
é só uma continuação, afinal,
e o livro dos eventos
está sempre aberto pela metade (SZYMBORSKA, 1993, tradução minha).

REFERÊNCIAS

- ALCOFF, Linda. Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e estado*, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.
- ALMEIDA, Vanete. *Lutando e lutando*. Recife: Instituto PAPAÍ, 2013. Edição: Adenilda Pereira, Benedito Medrado, Fatima Silva, Giselda Frazão, Lígia Maria Souza, Rivaneide Almeida e Rosineide Carneiro.
- ALMEIDA, Vanete. *Ser mulher num mundo de homens*: Vanete Almeida conta sua vida a Cornelia Parisius. Serra Talhada: Universal, MMTR-NE, Threshold Foundation, 1995.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução de Paula Siqueira e revisão de Tânia Stolze Lima.
- BOJANIC, Alan. *A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 14. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.) *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- BUTTO, Andrea. *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista*. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- CICOUREL, Aaron V. *The social organization of juvenile justice*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1968.
- DAVIS, Angela. *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- JAGGAR, Alison. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.) *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast, 2010.
- MACDOWELL, Cecilia. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não inocente” com Donna Haraway. *Revista crítica de ciências sociais*, Coimbra, n. 44, dez. 1995.
- MALLIMACI, Fortunato; GIMÉNEZ BÉLIVEAU, Veronica. Historia de vida y metodos biográficos. In: GIALDINO, Irene Vasilachis. *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona: Gedisa, 2006.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 67-92, jun. 2010.
- MMTR-NE. *Relatório I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste*. João Pessoa: [s. n.], 1987.
- NARAYAN, Uma. O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.) *Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- QUIVY, Raymond; CAPEMHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2008.
- RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).
- SZYMBORSKA, Wislawa. *Love at first sight*. Disponível em: <<https://www.poets.org>>. Acesso em: 10 mar. 2018.